



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 182ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema, realizada no dia 10 de dezembro de 2002.

Realizou-se no dia 10 de dezembro de 2002, às 9h00, no Auditório Augusto Ruschi da Cetesb/SMA, a 182ª Reunião Plenária Ordinária do Consema. Compareceram os conselheiros Paulo Ferreira, Carlos Bocuhy, Mauro Frederico Wilken, Luiz Concílio G. Ramos, Emílio Y. Onishi, Hiroyuki Hino, Lady Virgínia Traldi Meneses, Silvia Morawski, Ana Lúcia Mendonça, Márcia H. Corrêa, Cláudio Scarpinella, Valdemar M. da Luz, José Carlos Isnard R. de Almeida, Eduardo Trani, Waltraud Rennert Rossi, Eduardo Hipólito do Rego, Luís Sérgio Osório Valentim, Osmar Franco, Roberto Carramenha, Paulo Figueiredo, Maria de Lourdes Ribeiro Gandra, Romildo Campelo, José Soares Pimentel, Pedro José Stech, Karina Gaspar Uzzo, Francisco José de Toledo Piza, Sérgio Alex de Almeida, Heitor Marzagão Tommasini, Maria Inês Pagani, Fernando Batolla Jr e Antonio da Silva Nunes. Justificaram ausência os conselheiros Miguel Del Busso e Marcelo A. N. Prado. Constava do Expediente Preliminar: 1. aprovação da Ata da 181ª Reunião Plenária Ordinária; 2. comunicações da Presidência e da Secretaria Executiva; 3. assuntos de interesse geral e inclusão, em regime de urgência, de matéria na Ordem do Dia. Constava da Ordem do Dia: 1. Explicação sobre o projeto de despoluição do Rio Tietê; 2. Relato sobre as providências tomadas em relação ao problema de contaminação da Vila Carioca; 3. Relato sobre quais obras e empreendimentos de impacto local são passíveis de serem licenciados e fiscalizados pelos Municípios. O Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Paulo Ferreira, informou que o Secretário José Goldemberg encontrava-se impossibilitado de comparecer, motivo pelo qual ele presidiria os trabalhos, e que os Decretos nºs 47.397 e 47.400, que regulamentavam a Lei Estadual nº 9.509/97, estabeleciam prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental, as condições para sua renovação e os demais procedimentos do licenciamento ambiental, assunto este que seria aprofundado pelo Presidente da Cetesb, Fernando Rei, ao se apreciar o terceiro item da Ordem do Dia. O Secretário Executivo, Germano Seara Filho, submeteu à aprovação a ata da 181ª Reunião Ordinária, que foi aprovada; pediu aos conselheiros que integram as Câmaras Técnicas e as Comissões Especiais que comparecessem às reuniões, de modo a que não se repetissem as ocorrências de falta de quorum que se vinham verificando com frequência nos últimos meses, e solicitou aos membros da CE de Energia que comparecessem à reunião marcada para o dia 16 de dezembro próximo, para discutir o passivo ambiental da CESP. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência. O conselheiro Carlos Bocuhy solicitou a atuação do DUSM e do DEPRN na região de Jujutiba, área de mata atlântica que contava com abundância de recursos hídricos na qual a fiscalização era precária. A Sra Yuka, representante do SOS Cantareira, solicitou que as audiências públicas sobre o Rodoanel Metropolitano, sobretudo no que se refere ao Trecho Norte, não acontecessem no mês de janeiro, dando-se oportunidade para que a sociedade civil discutisse o traçado alternativo proposto. A conselheira Márcia Corrêa elogiou a publicação da recente portaria da Diretoria Geral do Instituto Florestal que versa sobre a implementação dos parques estaduais paulistas e pediu que o instituto se empenhasse também com o credenciamento das embarcações que operavam na Ilha do Cardoso e dispensasse aos pesquisadores, especialmente àqueles que trabalhavam com avifauna e com cetáceos, o mesmo tratamento que se dispensava aos turistas que visitavam o local, dando-se ênfase à educação ambiental. Na condição de seu assessor, Antônio Cunha, vinculado ao Movimento de Moradores do Bairro de Campo Limpo, solicitou que o Consema reivindicasse que o licenciamento do aeroporto de Congonhas ocorresse, não no âmbito municipal, como vinha sendo feito, mas na esfera estadual, em virtude principalmente da propagação de seus impactos para toda a RMSP. Depois de o conselheiro Mauro Wilken solicitar que fosse trazido ao Consema os empreendedores do Gasoduto Rezende-Paulínia, cujas obras



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atravessavam o Estado de São Paulo com uma velocidade muito grande, seu assessor, Heiner Knopper, vinculado à Associação Rural Mato Dentro de Tremembé, declarou que protocolaria no próximo dia 16 de dezembro um abaixo-assinado solicitando a não-renovação do licenciamento do Aterro de Classe I, lixo essencialmente tóxico, e a não-aprovação da ampliação dos Aterros II e III, todos de responsabilidade da Empresa SASA, pelos graves impactos que o seu funcionamento produzia. O conselheiro Eduardo Hipólito do Rego solicitou fosse atribuída à Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas a tarefa de examinar o cumprimento da Lei Estadual nº 9.146/95 que criava mecanismos de compensação financeira para os Municípios que possuíam espaços territoriais especialmente protegidos, em especial o cumprimento do seu Artigo 3º, que normatizava o uso desses recursos, os quais em alguns Municípios do Litoral Norte vinham sendo destinados a outros fins, como pagamento de salários de servidores; solicitou que a Cetesb auxiliasse de alguma forma a Prefeitura de São Sebastião para impedir-se que a Petrobrás faça lançamento de resíduos com uma enorme quantidade de amônia no Canal de São Sebastião; que ouvira de representantes da Secretaria dos Transportes que a “Estrada do Sol” estava absolutamente descartada, e que seriam feitos investimentos nos acessos ao litoral já existentes, o que era motivo de grande alegria. O conselheiro Roberto Carramenha ratificou a solicitação feita pelo Engº Heiner Knopper sobre os aterros da SASA e informou que possivelmente um novo Promotor seria designado para auxiliar o titular da Promotoria de Justiça do Distrito de Tremembé, nesse caso. O Secretário Executivo declarou que as solicitações endereçadas a órgãos da Casa seriam a eles repassadas e que havia recebido requerimento com número suficiente de assinaturas solicitando a avocação, para apreciação pelo Plenário, da viabilidade ambiental do empreendimento “Duplicação da Rodovia Eng. Paulo Nilo Romano (SP-225), não havendo necessidade de submetê-lo à votação, o que, pelas normas em vigor, dava lugar à seguinte decisão:

“Deliberação Consema 33/2002. De 10 de dezembro de 2002. 182ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema. O Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 182ª Reunião Ordinária, avocou a si, nos termos da Deliberação Consema 01/99, a apreciação da viabilidade ambiental do empreendimento "Duplicação da Rodovia Engº Paulo Nilo Romano (SP-225), entre os Municípios de Jaú e Itirapina, de responsabilidade da Centrovias – Sistemas Rodoviários S.A., com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA 460/2002 sobre o respectivo EIA/RIMA (Proc. SMA 13.550/00). Passou-se à Ordem do Dia. Os representantes da Sabesp, Geraldo Julião, Superintendente da Unidade de Negócio de Tratamento de Esgoto, e Silvio Leifort, Superintendente de Empreendimentos da Vice-Presidência Metropolitana de Produção, fizeram a explanação sobre o Projeto de Despoluição do Rio Tietê, apresentaram uma série de dados a respeito das etapas do projeto já concluídas, especialmente acerca da instalação de cinco Estações de Tratamento de Esgoto (Barueri, Suzano, São Miguel Paulista, ABC e Parque Novo Mundo), de 1.500 km de redes, 35 km de coletores-tronco, 33 km de interceptores, 9 elevatórias, obras de infra-estrutura estas que levaram, em 1998, à duplicação da capacidade de coleta de esgotos, sendo que a segunda etapa do projeto, iniciada em 2000, deverá concluir-se em 2005, estando nela sendo empregados recursos da ordem de 400 milhões de dólares; que as previsões eram que as 900 toneladas/dia de esgotos lançadas no rio fossem reduzidas a 250 toneladas/dia e que a essa atuação da Sabesp deveria juntar-se a cooperação daqueles Municípios que, não sendo operados por esta empresa de saneamento, deveriam dar sua contribuição, instalando coletores-tronco, para que a meta de despoluição do rio fosse alcançada. Passou-se à discussão da matéria. O conselheiro Roberto Carramenha chamou a atenção, entre outras coisas, para a resistência das Prefeituras em utilizar as estações do Parque Novo Mundo e do ABC e sobre a necessidade de ocorrer uma adequada conjugação de esforços entre Município, Estado e Federação. O conselheiro Carlos Bocuhy fez uma série de observações, entre as quais, algumas que diziam respeito à inexistência de uma política de saneamento integrada para toda a RMSP, enquanto sua capacidade de suporte já há muito tinha sido



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ultrapassada sem que ninguém se desse conta, e que um indicador deste fenômeno era a necessidade de essa região importar, para dar conta de sua demanda, 35 m³ de água por segundo da Bacia do Rio Piracicaba, razão por que se fazia necessário que a Sabesp oferecesse um parecer sobre as perspectivas que se apresentavam para a RMSp no futuro próximo. O conselheiro Paulo Figueiredo solicitou informações sobre o cenário existente, relacionado com os efluentes industriais e com o planejamento urbano da RMSp, e sugeriu que o termo “despoluição” fosse substituído pela expressão “diminuição da poluição”, pois despoluir significava voltar ao estágio inicial, o que jamais aconteceria com o Rio Tietê, e que esse erro conceitual não fosse cometido no processo de educação ambiental. A assessora da conselheira Márcia Corrêa, Malú Ribeiro, observou que a SOS Mata Atlântica lutava pela manutenção da qualidade dos recursos hídricos, defendendo a execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê, mas que, sob seu ponto de vista, se o Estado não implantasse uma política participativa, as metas desse projeto não seriam atingidas, e que, na próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH, pleitearia que a política de saneamento estivesse atrelada a uma gestão participativa. O representante da Sabesp, Geraldo Julião, ofereceu esclarecimentos sobre a resistência dos Municípios que não eram operados pela Sabesp; sobre a conclusão, por essa empresa, dos estudos relativos ao ABC e sobre a existência de condições para que 30% dos esgotos dessa região fossem tratados, com exceção daqueles gerados em São Caetano, onde, a partir de abril de 2003, poderia ser tratada a totalidade dos esgotos; sobre a situação das cidades de Santo André (onde estavam sendo realizadas reuniões com a Promotoria Pública com o objetivo de se resolver o impasse existente em relação à utilização da estação de tratamento, na qual já foram investidos 500 mil reais) e de Mogi das Cruzes (onde existiam boas perspectivas para se chegar a um acordo); sobre os lançamentos feitos no Rio Tietê, 30% dos quais correspondiam a efluentes industriais; sobre a identificação, na primeira fase do projeto, daquelas indústrias – 1.250 no total - responsáveis por 90% dos lançamentos de esgotos inorgânicos, tendo essas empresas, com a aquisição de equipamentos e a instalação de estações de tratamento de esgoto, passado a realizar o pré-tratamento da carga industrial, e que o grande vilão ainda era o esgoto doméstico, responsável por dois terços dos despejos; sobre o fato de não ser a Sabesp o órgão responsável pelo planejamento metropolitano e só ser exequível a despoluição do Rio Tietê se cada um fizesse a sua parte; e corrigiu a informação dada pelo conselheiro Carlos Bocuhy de que eram retirados da Bacia do Rio Piracicaba 35 m³/s, o que era incorreto, pois a quantidade retirada era de 30 m³/s. O Secretário Adjunto, Paulo Ferreira, declarou que reconhecia a importância do Ministério Público no processo de despoluição do Rio Tietê e ficava indignado com o fato de Municípios como Guarulhos, o segundo maior do Estado, terem uma estação de tratamento de esgoto à sua disposição e não a utilizarem, e também com o fato de alguns Municípios não instalarem coletores-tronco, afirmando que a questão maior que se colocava dizia respeito à metropolização do saneamento, que requeria o estabelecimento de convênios entre Estado e Municípios, sendo estes últimos muito resistentes, motivo pelo qual sugeria que representantes dos Municípios fossem convidados a se pronunciarem a respeito do que pretendiam fazer em relação à disposição de esgotos gerados em seu território, uma vez que os recursos destinados ao saneamento vinham sendo usados para outras finalidades, entre elas a pavimentação de ruas. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia: relato sobre as providências tomadas em relação ao problema de contaminação da Vila Carioca. O representante da Cetesb, Antônio Romano, gerente regional da Bacia do Tietê, informou que a Shell possuía em Vila Carioca uma base de armazenamento, com 34 tanques que continham vários tipos de combustíveis, os quais precisavam ser limpos de tempos em tempos, sendo prática comum nessa limpeza enterrar-se ao redor dos mesmos tanques a borra que se depositava no fundo desses recipientes, que era fruto do processo de decantação e continha metais pesados e BTX; que, durante muitos anos, esses resíduos, cujos componentes não se degradam, foram enterrados e, sob a ação da chuva, lixivaram, caminhando pelo solo e atingindo o lençol freático do Córrego dos Meninos e do Rio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tamanduateí, contaminando, assim, a água e o solo da região, contaminação essa que passou a ser detectada em 1993, a partir da denúncia feita ao Ministério Público, à Cetesb e ao Greenpeace pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Derivados de Petróleo; que a Cetesb exigiu fossem feitas sondagens de solo e perfurados poços de monitoramento na área para se verificar o grau de contaminação do solo e das águas, técnica mais tarde aprimorada com o desenvolvimento de novos métodos, a partir de convênios estabelecidos com a JICA e a GTZ; que as investigações feitas ao redor dos tanques detectaram que a contaminação alastrou-se tanto para o lado direito como para o esquerdo, de onde já foram retiradas 1.500 toneladas de borra, faltando ainda retirar, aproximadamente, 500 mil; que, à medida que as investigações prosseguiram, verificou-se que não somente essa área onde estavam instalados os tanques havia sido contaminada, mas, também, a Rua Colorado, que com aquela área se limitava, sendo que a contaminação desta última se deu por pesticidas, existindo também aí um grande passivo ambiental, com água e solo contaminados; que, quando se intensificaram as investigações nos anos 2001-2002, inclusive com a busca de mais informações, verificou-se que outra área de infra-estrutura dessa empresa havia sido também contaminada, desta feita por drins, e ainda uma outra área, onde era feito o envasamento dos produtos, por pesticida; que parte da borra retirada foi encaminhada para fora do Estado de São Paulo, para ser queimada em fornos de cimento, tendo a Cetesb autorizado à Shell a retirar o solo contaminado com borra, mas não o solo contaminado com pesticida, pois, para se evitar a contaminação dos moradores, a retirada deste exigia uma infra-estrutura apropriada; que, autuada por ter deixado abertas algumas cavas de onde retirou a borra, as quais provocavam rachaduras nas residências, a Shell apresentou um projeto para o seu enchimento; que todas as investigações feitas até agora levaram à verificação de que a população de Vila Carioca havia sido contaminada de três formas – pela água, pelo solo e pela inalação dos componentes voláteis que, escapando dos tanques de combustível, entravam na atmosfera; que, diante desses fatos, foram estabelecidas as seguintes medidas a serem adotadas a curto prazo: realização de levantamento com os 300 moradores da região, para verificar se eles utilizavam ou não poços rasos ou profundos, uma vez que a rede de abastecimento público da Sabesp só foi implantada na região em meados da década de 70, e a Shell se encontra aí instalada desde 1949; lacração desses poços e realização, pelos técnicos do Departamento de Vigilância Sanitária, de exames na população – cujos custos serão arcados pela Shell -, uma vez que a água desses poços vinha sendo consumida há muitos anos; apresentação, pela Shell, até janeiro de 2003, de diagnóstico completo sobre a contaminação do solo, envolvendo setenta postos de monitoramento; retirada e tratamento da água subterrânea; vedação parcial dos tanques contendo gasolina, de modo a se evitar a propagação do odor característico desse tipo de combustível; mudança da portaria de entrada dos caminhões para um outro local onde não há residências contíguas. Como assessor do conselheiro Heitor M. Tomasini, Esmeraldo F. Lima, Presidente da Associação de Vila Carioca, declarou que tomara conhecimento da contaminação em março de 2002, através da imprensa, tendo a população do seu bairro adoecido a partir dessa data, não só por causa da contaminação, mas também do estresse que essa descoberta provocou; que reconhecia ter havido um progresso muito grande na busca de saídas para o problema, apesar de isso só ter ocorrido após a verificação de muitos óbitos na população por um mesmo tipo de câncer, sem que o Departamento de Vigilância Sanitária realizasse exames nos moradores, o que lhe causava grande indignação. O conselheiro Francisco José de Toledo Pizza sugeriu fosse adotada uma política preventiva, e não só corretiva, em relação à poluição das águas. O conselheiro Carlos Bocuhy propôs a fundação de uma rede brasileira contra a contaminação humana e ambiental cujo objetivo era trabalhar com os órgãos internacionais e nacionais com vistas à elaboração de uma Política Nacional de Segurança Química, criticou a postura da Shell e reclamou que lhe parecia demasiadamente longo o tempo que a Vigilância Sanitária estava despendendo para tomar qualquer medida em relação ao problema. O conselheiro José Carlos Isnard R. de Almeida falou sobre a existência de laudos falsos e de outros pontos de contaminação além daqueles que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

foram denunciados. O conselheiro Paulo Figueiredo declarou sua indignação ao saber que o Departamento de Vigilância Sanitária ainda não havia decidido qual seria a metodologia definida para realização dos exames na população. A conselheira Márcia Corrêa teceu comentários sobre a irresponsabilidade da Shell e dos órgãos fiscalizadores, o que fez com que só agora fossem adotadas algumas medidas, como a exigência de vedação dos tanques e o desvio do tráfego de caminhões. O conselheiro Romildo Campelo declarou que, embora não defendesse a poluição, era importante não se alardearem meias-verdades, pois isso desmoralizava o Consema, uma vez que a Shell havia-se implantado em Vila Carioca bem antes de a população se instalar nessa região, sem levar em conta o risco que corria se um daqueles tanques explodisse. O conselheiro Luís Sérgio Osório Valentim fez um relato sobre todas as medidas já adotadas e a serem adotadas pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual da Saúde, tendo antes de relatá-las declarado que, apesar de essa Secretaria não possuir experiência com casos de contaminação, devendo para isto desenvolver metodologia apropriada, a postura que adotou em relação a esse grave problema se baseou, essencialmente, nos princípios da precaução e da transparência. O representante da Cetesb, Antônio Romano, ofereceu mais alguns esclarecimentos acerca da atitude da Cetesb frente ao fato, e os trabalhos foram encerrados. E, como mais nada foi tratado, eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-ARP-PS